



MATERNIDADES POSSÍVEIS: TRAVESSIAS DAS INFÂNCIAS DE CRIANÇAS FILHAS DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

Possible maternities: journeys through the childhoods of daughters of women deprived of liberty

Graziela Escandiel de LIMA

Departamento de Metodologia do Ensino
Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, Brasil

graziela.lima@ufsm.br

<https://orcid.org/0000-0003-4176-136X> 

Carolina Fontana da SILVA

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, Brasil

carolina.fontana@acad.ufsm.br

<https://orcid.org/0000-0001-5493-8676> 

Márcia PAIXÃO

Departamento de Fundamentos da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, Brasil

marcia.paixao@ufsm.br

<https://orcid.org/0000-0001-7992-3331> 

Mais informações da obra no final do artigo 

RESUMO: O artigo compõe-se de abordagem descritiva e analítica das ações de Pesquisa e Extensão desenvolvidas em uma universidade pública com práticas que envolvem mulheres em situação de privação de liberdade e seus filhos. Discorremos sobre os referenciais teóricos que sustentam as práticas desenvolvidas, tanto relacionadas às mulheres, à maternagem, à situação prisional; quanto às produções acerca das crianças, suas experiências de viver a infância atravessadas e condicionadas pela ausência materna. Em uma perspectiva crítica e reflexiva, o texto demonstra o contexto do Projeto de Extensão TRAVESSIAS DAS INFÂNCIAS, vinculado ao Observatório de Direitos Humanos e desenvolvido de forma articulada a pesquisas de Mestrado e Doutorado. Descrevemos alguns encontros vivenciados com as mulheres no presídio e o acompanhamento de situações vividas pelas crianças longe de suas mães, com as pessoas que as cuidam. Essas ações permitem focalizar o olhar para situações vividas pelas mulheres, como o próprio exercício da maternidade em situação prisional. Focalizam também as crianças, suas infâncias e as elaborações possíveis sobre as experiências desses dois grupos de sujeitos que vivem à margem da sociedade, mas que, por meio do Correio do Afeto, interagem com cartas e desenhos, um diálogo possível nessa travessia. Como apontamentos finais, ressaltamos a importância da escuta de sujeitos que vivem o encarceramento familiar, inferindo que as instituições universitárias têm papel relevante na condução de pesquisas e práticas que, ao dialogar com grupos vulneráveis, muito tem a contribuir com a produção de conhecimento na área da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Encarceramento materno. Gênero. Infâncias. Crianças. Diálogo.

ABSTRACT: This article presents a descriptive and analytical approach to the Research and Extension actions developed at a public university through practices involving incarcerated women and their children. We discuss the theoretical frameworks supporting these practices, both regarding women, mothering, and the prison context, as well as productions concerning children and their experiences of living a childhood shaped and conditioned by maternal absence. From a critical and reflective perspective, the text outlines

the context of the Extension Project TRAVESSIAS DAS INFÂNCIAS (Crossings of Childhoods), linked to the Human Rights Observatory and developed in coordination with Master's and Doctoral research. We describe several encounters experienced with the women in prison and the monitoring of situations faced by the children away from their mothers, alongside their caregivers. These actions bring into focus the realities experienced by these women, such as the practice of motherhood while incarcerated. They also focus on the children, their childhoods, and the possible ways to process the experiences of these two groups living on the margins of society—who, through the *Correio do Afeto* (Mail of Affection), interact via letters and drawings, creating a viable dialogue across this crossing. In our final remarks, we emphasize the importance of listening to individuals living through family incarceration, suggesting that university institutions play a significant role in conducting research and practices that, by engaging with vulnerable groups, contribute meaningfully to the production of knowledge in the field of education.

KEYWORDS: Maternal incarceration. Gender. Childhoods. Children. Dialogue.

INTRODUÇÃO

Iniciamos este texto falando de encontros. Duas mulheres, professoras de uma universidade pública do interior do estado do Rio Grande do Sul, que se encontram na primeira edição do evento¹, no qual mães que cumpriam pena no presídio regional passariam um dia com seus filhos. Um encontro que marca o início de um trabalho em que os *encontros* se estabelecem como possibilidades de afeto, escuta, (re)construção de vínculos a partir da mediação das interações entre as mães e suas crianças.

A temática prisional é, por natureza, espinhosa, polêmica e delicada, isto porque mexe com valores e crenças aprendidos pelas pessoas e demonstradas na sociedade em geral, com ideias simplistas acerca do crime, da prisão, da punição, do castigo e da eliminação das pessoas que cometem crimes. Esses aspectos se constituem em um conjunto de estigmas que impactam em todos os lugares sociais: escolas, igrejas, universidades, sistema judiciário, sistema prisional, sociedade em geral.

Abordar essa temática em relação às mulheres acaba sendo algo mais complexo tendo em vista a necessidade de pensar, muitas vezes, o que envolve “ser mulher” nos dias de hoje. Assim, o trabalho, o exercício da maternidade, a educação dos filhos, a

1 O projeto INSPIRA iniciou em 2016, a partir de uma parceria entre a Polícia Federal, a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com o objetivo de contribuir para a manutenção de vínculos entre mães em situação de privação de liberdade e suas crianças. Realiza-se três eventos ao ano, respectivamente em maio (Dia das Mães), outubro (Dia da Criança) e dezembro (Natal). O objetivo que temos no projeto, na área da educação, é garantir uma conexão entre mães e crianças, proporcionando as aproximações que não são possíveis no dia a dia, nem das crianças, nem de suas mães. Para tanto, pensamos e organizamos espaços e tempos em que a partilha dos afetos, dos diálogos e das interações podem acontecer, mediadas pelas brincadeiras possíveis em um espaço físico determinado para isso. Por isso brinquedos, instrumentos musicais, tapetes, colchonetes são alguns dos elementos que auxiliam e incentivam a aproximação entre as mães e seus/suas filhos(as). Nossa identificação inicial com o Projeto INSPIRA se mostra em duas linhas de atuação: uma pensa e reflete sobre a infância e outra em que se tematiza a mulher e a situação prisional. Para tanto nos importa pensar como em momentos tão “eventuais” se pode fazer algo por uma parcela da população que se torna invisível à sociedade: a mulher em situação de encarceramento e suas crianças, que vivem em lares substitutos.

presença-ausência – que socialmente é muito mais cobrada do que a dos homens – são aspectos que complexificam as aproximações – necessárias – a esses grupos de sujeitos que, pela situação do encarceramento, vivem à margem da sociedade.

Este artigo compõe-se de abordagem descritivo-analítica de atividades de Pesquisa e Extensão desenvolvidas no âmbito de uma universidade pública do interior do Rio Grande do Sul com *encontros* que envolvem mulheres em situação de privação de liberdade, seus filhos(as) e as pessoas que os acolhem na ausência da mãe.

Daremos enfoque à importância da Pesquisa e da Extensão envolvendo esses grupos de sujeitos que elaboram significados singulares acerca do maternar e ser criança a partir das experiências que vivem no cárcere – no caso das mulheres –, nas famílias em que são acolhidas as crianças e nas escolas que frequentam. Discorreremos sobre os referenciais teóricos que sustentam as práticas desenvolvidas, tanto relacionadas às mulheres, à maternagem, à situação prisional; quanto às produções acerca das crianças, suas experiências de viver a infância atravessadas e condicionadas pela ausência materna e suas elaborações possíveis sobre essas experiências.

As experiências narradas acontecem no contexto do Observatório de Direitos Humanos (ODH), órgão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que desde 2018 “[...] tem o propósito de ampliar o debate sobre o tema e estimular a participação de docentes, estudantes, técnicos-administrativos e a comunidade em geral em ações e reflexões sobre a temática dos Direitos Humanos” (Universidade Federal de Santa Maria, 2026). Com fomento próprio a atividades de Extensão o Observatório de Direitos Humanos “[...] engloba ações e questões voltadas a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social (Universidade Federal de Santa Maria, 2026)” e cumpre com a missão para a qual foi criado e existe, “desde seu embrião”, com “[...] caráter eminentemente extensionista” (Lisbôa Filho; Lopes, 2022, p. 6).

É desejável que as universidades, como centros de produção e difusão de conhecimentos que são, criem órgãos que tenham espaço na estrutura administrativa das instituições, tendo em vista a legitimidade que decisões políticas como essa representam não só para a própria instituição, mas também para sua comunidade, seu entorno e as populações que podem ter suas demandas consideradas. Assim sendo, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o principal objetivo do Observatório de Direitos Humanos é:

[...] promover a cidadania e a cultura tendo como aspectos básicos a universalidade, a interdependência e a indivisibilidade dos direitos, através da

Com o apoio institucional e fomento em forma de bolsas, materiais de consumo e transporte, ações extensionistas como as que ora apresentamos destacam o comprometimento da universidade pública com os grupos populacionais que demandam atenção, apoio e presença. A seguir discutimos teoricamente alguns conceitos que balizam as ações desenvolvidas com as mulheres e suas crianças.

MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE, O EXERCÍCIO DA MATERNIDADE E AS INFÂNCIAS

As ideias sobre o que fazer com quem cumpre pena, quais ações demandam para sua ressocialização, quais políticas, quais ações pedagógicas e de segurança a se fazer... Essas e tantas outras questões, não têm uma única resposta ou um único modo de concretizar a transformação no/do indivíduo para que possa levar uma vida “produtiva”, reintegrando-se novamente à sociedade.

De acordo com relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Andrade *et al.*, 2015), a base da concepção de execução penal prevista na Lei de Execução Penal (LEP) consiste na ressocialização da pessoa presa. A Lei de Execução Penal é o documento máximo que rege as questões penais no Brasil, resguardando o direito e os deveres da pessoa presa. Nela consta um conjunto de orientações que vão em direção à garantia da dignidade da pessoa dentro e fora dos presídios. Apesar de apresentar as orientações para regular a situação penal, existem obstáculos para a efetiva ressocialização de quem passou pelo sistema penal. E esse é um aspecto problemático da Lei de Execução Penal, pois a base das prisões modernas e das ideias da execução penal estão embasadas na ressocialização.

Esse conceito se expressa em práticas e em ações efetivas. E isso implica construir uma outra lógica de relações penais e sociais. E, nesse ponto, parece-nos que é preciso fazer fluir uma lógica de equilíbrio entre direitos, deveres, justiça social em todos os níveis e para todas as pessoas. Não temos dúvida de que diferentes áreas do conhecimento, o poder público, as políticas públicas, a segurança, precisam estabelecer redes se quisermos que a justiça social aconteça na sociedade.

Nesse sentido, a história das mulheres no ambiente prisional é um caminho longo e difícil de trilhar, pois resulta em todo tipo de sentimentos, emoções e angústias pelo fato do cárcere lhes tirar o que de mais importante e significativo existe na vida das

pessoas além do distanciamento da comunidade familiar: a retirada da própria liberdade!

Segundo estudos sobre o sistema prisional, há uma relação direta entre o sistema penitenciário atual (não ressocializante) e o encarceramento feminino brasileiro (discriminatório de gênero), pois enquanto o primeiro não auxilia na reintegração sócio laboral das apenadas, este não abre espaços para o desenvolvimento da criatividade, talentos e aptidões específicas de mulheres que se encontram nos diversos regimes de privação de liberdade. Concordamos com Lage (2014), quando expõe sua pesquisa sobre mulheres na prisão, discute as relações “[...] entre famílias, batalhas e a vida normal”. A autora enfatiza:

O gênero é um marcador central para compreender o posicionamento dessas mulheres ao estabelecer algumas expectativas e desempenhos específicos. O gênero ainda se combina à situação social dessas mulheres, marcada pela pobreza. As articulações entre o gênero e a classe são apresentadas diante dos discursos que as personagens produzem sobre família e sobre seus relacionamentos amorosos. Tais formulações ajudam a situá-las no mundo da prisão e a vincular a experiência do cárcere à vida na rua, tanto em relação ao período anterior à privação de liberdade como em relação às suas perspectivas de futuro (Lage, 2014, p. 168).

Com base em nossas experiências e *encontros* com as mulheres no presídio, entendemos que diversas situações ligadas à criminalidade ensejam a ausência de políticas públicas que levem em conta o recorte de gênero e a desvalorização da mulher justamente nos espaços prisionais, nos quais deveriam ser criadas alternativas para o desenvolvimento das potencialidades e o aperfeiçoamento humano e pessoal. A discriminação de gênero cada vez mais tem se agravado na maioria das penitenciárias brasileiras, levando ao aumento do abuso de poder, da violência e, conseqüentemente, da criminalidade.

No caso específico das mulheres apenadas, estas passam pelo processo de estigmatização por terem cometido delitos e terem “fugido” às regras impostas pela sociedade, que é cuidar da casa e das crianças. Ao sofrer privação de liberdade, passam a vivenciar novas experiências que influenciarão na constituição de um novo modo de ser, de se ver e de estar no mundo, além da formação de uma nova identidade que a fará passar por um processo de estigmatização a que ela mesma se coloca.

Para além de tematizar o necessário recorte de gênero, pretendemos relacionar as possibilidades do exercício da maternidade de mulheres que vivem em privação de liberdade.

Em “O materno como atividade de trabalho”, a partir do campo da Psicologia Social do Trabalho, os autores abordam “[...] o materno como uma atividade de

trabalho, histórica e culturalmente vivida por mulheres” (Dorna; Muniz, 2018, p. 2). Os autores contribuem de forma significativa para uma discussão conceitual que nos serve de modelo para afirmar que o maternar de uma mulher que está em condição de encarceramento, diferencia-se sobremaneira em sua constituição e possibilidade de exercício.

Explicamos: a partir de Dorna e Muniz (2018) entendemos que:

O maternar, por se tratar de um trabalho desenvolvido na esfera privada, talvez não esteja, de forma geral, submetido a prescrições tão visíveis ou formalizadas, como acontece com frequência em um trabalho dentro de uma empresa. No entanto, para além das prescrições, existem outras normas antecedentes que poderão enquadrar fortemente o maternar (Dorna; Muniz, 2018, p. 6).

Nossas reflexões apontam para a situação do encarceramento feminino e a relativa possibilidade de exercer a maternidade em uma perspectiva de toque, afetos e tudo o que envolve a presença física constante. Talvez essa mesma situação provoque a pensar outras formas de olhar para a própria maternidade, já que, em consonância com autores acima citados “[...] o maternar tem um vasto patrimônio conceitual, científico e cultural (Dorna; Muniz, 2018, p. 6)”.

Maternar é um fenômeno social múltiplo, diretamente ligado à história feminina (Dorna; Muniz, 2018), justamente por isso entendemos a complexidade de pautar essa temática no contexto do aprisionamento de mulheres. Compreendemos também a transitoriedade desse exercício, tendo em vista os múltiplos condicionantes que se apresentam.

Se tomarmos, por exemplo, a contribuição de Simone de Beauvoir (1970), em sua obra *"O segundo sexo: a experiência vivida"*, a maternidade pode ser vivida como uma forma de aprisionamento, visto que quando a criança nasce, a responsabilidade de cuidar geralmente é “dada” à mãe. O cuidado, que muitas vezes não é compartilhado, faz inclusive com que a mulher precise se organizar de outras formas para ter seu sustento e de sua família.

Se, em condições “normais”, muitas mulheres precisam tomar a decisão de adiar, ou mesmo esquecer seus desejos e planos, para se dedicar ao cuidado dos filhos, no caso de mulheres em situação de encarceramento, há a liberação desse aprisionamento do cuidado. Porém, e justamente por este motivo, ocorre também a delegação compulsória desse cuidado a outras pessoas. Por esse motivo reiteramos a impossibilidade de definir o exercício da maternidade exclusivamente como cuidado ou instinto, como socialmente ainda se requer atribuir às mulheres.

Se com Simone de Beauvoir (1970), aprendemos que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, com as múltiplas dimensões do fenômeno social da maternidade, podemos afirmar, como a autora que “[...] não existe ‘instinto’ materno [...]”, e sim formas diferentes de exercer a maternidade no caso da espécie humana. Assim: “[...] a atitude da mãe é definida pelo conjunto de uma situação e pela maneira porque a assume. É como se acaba de ver, extremamente variável” (Beauvoir, 1970, p. 278).

Nesse sentido, reforçamos a importância de atividades que possam nos colocar em contato com mulheres que, por força de uma circunstância muito específica, exercem a maternidade de forma diversa da maioria das mães. Em consequência das ações desenvolvidas com as mulheres, com *encontros* de diálogo e escuta no presídio Regional de Santa Maria/RS, a partir do ano de 2025, para além dos eventos do Projeto INSPIRA, criamos o Projeto de Extensão *TRAVESSIAS DAS INFÂNCIAS: acompanhamento da vida familiar e escolar de crianças em situações de vulnerabilidades*.

O projeto busca estabelecer relações de proximidade e escuta com crianças que vivenciam situações de vulnerabilidades em seus contextos de vida, especificamente aquelas cujas mães estão em situação de privação de liberdade.

O fato de trabalharmos com mulheres em situação de privação de liberdade desde 2016, em momentos pontuais, quando se encontram com suas crianças e, em *encontros* especialmente planejados para dialogar com essas mulheres, nos desacomodou e fez pensar maneiras de olhar de forma atenciosa à infância. Infâncias que se produzem em situação de vulnerabilidade, visto que as crianças são criadas por avós, madrinhas, parentes, amigos, vizinhos, em algumas situações, em lares ou abrigos em situação provisória, quase sempre fora de sua casa.

Nosso investimento em pesquisas e ações extensionistas em que o diálogo com esses grupos é fator de extrema importância se justifica por uma postura que projeta esses *encontros* de forma a produzir outros olhares a grupos e sujeitos em situações que vulnerabilizam suas formas de estar no mundo.

Para as discussões mais ligadas às infâncias, contamos com o aporte teórico dos Estudos da Sociologia da Infância e Antropologia da Criança que contribuem para ampliar as discussões sobre as crianças, suas infâncias que são vividas de forma contextual, marcadas pelas suas relações com o mundo. Isso porque concordamos que “[...] a criança e sua infância são afetadas pelas sociedades e culturas que integram” (Corsaro, 2011, p. 32).

Dentre as contribuições teóricas, destacamos Kramer (2007) que nos diz que as crianças pertencem a uma classe social:

As crianças não formam uma comunidade isolada; elas são parte do grupo e suas brincadeiras expressam esse pertencimento. Elas não são filhotes, mas sujeitos sociais; nascem no interior de uma classe, de uma etnia, de um grupo social. Os costumes, valores, hábitos, as práticas sociais, as experiências interferem em suas ações e nos significados que atribuem às pessoas, às coisas e às relações (Kramer, 2007, p. 17).

Considera a autora, que a muitas crianças não é dado o direito de brincar, visto que o trabalho é seu compromisso para sua própria sobrevivência, mesmo que ainda pequena.

Considerar, simultaneamente, a singularidade da criança e as determinações sociais e econômicas que interferem na sua condição, exige reconhecer a diversidade cultural e combater a desigualdade de condições e a situação de pobreza da maioria de nossas populações com políticas e práticas capazes de assegurar igualdade e justiça social. Isso implica garantir o direito a condições dignas de vida, à brincadeira, ao conhecimento, ao afeto e a interações saudáveis (Kramer, 2007, p. 17).

Sabemos, a partir dos estudos das infâncias, que as crianças subvertem a ordem das coisas e dos fatos, estabelecendo uma relação crítica com a tradição, com as culturas nas quais são produzidas, produzindo também significados sobre suas próprias experiências (Kramer, 2007). Para se discutir e refletir sobre as infâncias e os grupos sociais a que pertencem as crianças, a creche, a escola, é importante tematizar questões sociais e econômicas que também envolvem essas populações. Os direitos humanos se qualificam também como temáticas que importam no empreendimento das ações que desenvolvemos com as crianças.

“Como se entende a experiência do encarceramento familiar/materno na vida das crianças? Quais são as experiências vividas na família e na escola pelas crianças filhas de mulheres em situação de privação de liberdade?” Essas questões são elaboradas por Lima; Paixão e Righi, no sentido de afirmar que as situações vividas por crianças com familiares em situação de liberdade representam “[...] grande vulnerabilidade social e necessita de atenção especial e de ações educativas que contribuam com a superação de suas adversidades” (Paixão; Righi, 2021, p. 285).

Os Estudos da Antropologia Criança buscam a compreensão das crianças a partir delas mesmas, assim como os Estudos da Infância compreendem as crianças em suas situações de vida, seus movimentos, as culturas criadas e recriadas por elas em suas experiências cotidianas. Consideramos então que esses estudos contribuem para valorizar e entender as formas singulares como as crianças, em diferentes contextos

socioculturais, relacionam-se entre si, com os adultos, os espaços, as instituições e com o mundo (Belloni, 2009; Müller, 2009; Sarmiento, 2009).

Com base nesses mesmos autores, relacionamos as formas de viver a infância das crianças aos seus “[...] contextos familiares, que, muitas vezes, são bastante transitórios, tendo em vista a situação prisional familiar (Lima; Paixão; Righi, 2021, p. 285).” Para tanto, nossas intenções reverberam na possibilidade de escutar a voz dessas crianças em suas experiências familiares e escolares, influenciadas pelas condições socioeconômicas que vivem e que precisam ser elaboradas por elas.

Precisamos, como diz Kramer (2007, p. 17) “Reencontrar o sentido de solidariedade e restabelecer com as crianças e os jovens laços de caráter afetivo, ético, social e político”. Isso exige de nós algumas revisões acerca dos papéis das instituições educativas na vida das crianças e, no caso em questão, praticamente, exige pautar a possibilidade de reinserção social das mães nas famílias e na própria sociedade.

Destacamos, apoiadas em Bazílio e Kramer (2008, p. 90) que: “Deveríamos nos ocupar e nos responsabilizar pelas populações infantis para além de contextos locais e específicos: afinal, se existe uma história humana é porque o homem tem uma infância” (Bazílio; Kramer, 2008, p. 90).

Nesse sentido, nos propomos a escutar a palavra desta população, que nos é próxima, através das ações do projeto e nos diálogos possíveis com as famílias, pretendendo auxiliar nas travessias Mãe - Família - Escola, tendo em vista que esses movimentos são permeados por sentimentos e percepções de mundo que se constroem nas trajetórias vividas por essas crianças.

Consideramos também que as crianças com a experiência de situações de vulnerabilidade vivem experiências diferenciadas em relação à atenção, às vinculações afetivas, respeito à sua infância e situação de vida. Nossos *encontros* contribuem para que essas experiências possam ser ressignificadas a partir de processos de aproximação e escuta, sobretudo de respeito aos sujeitos, tanto adultos quanto às crianças. A seguir descreveremos algumas dessas ações.

PENSANDO A SITUAÇÃO PRISIONAL NA PERSPECTIVA DAS MULHERES

Estar presa num presídio e/ou penitenciária é um estigma que destitui a pessoa, pois ela passa a ser somente seu delito. Durante os Projetos realizados desde 2016, foi possível perceber que as mulheres admitem que seus delitos e crimes merecem “*punição*” (palavras delas) e que estar presa, cumprir pena é a forma de pagar a dívida

social. Por outro lado, evidenciam as lacunas que possibilitaram a entrada para o crime/delito. São elas: sociais, econômicas, emocionais/afetivas, familiares, educativas, políticas que não possibilitaram a sua *equilíbrio* na vida. *Equilíbrio*, como afirma Piaget (1976), é a capacidade da pessoa de encontrar seu equilíbrio a partir das aprendizagens durante o processo de significação das coisas.

Dessa forma, a pessoa tem possibilidades de, mesmo em condições adversas, enfrentar as dificuldades sem agredir a si e aos outros, ter discernimento para decidir e escolher. O processo de equilíbrio é construído desde a infância e continua pela vida toda. Mas para isso, necessita-se de um ambiente que possibilite e que ensine esse sujeito a viver bem em meio às dificuldades, tenha vínculos afetivos para que ressignifique seus processos. Sabe-se que para isso é necessário afeto, educação, necessidades básicas atendidas (alimentação, moradia digna, lazer, emprego, salário digno etc.) e políticas sociais. É um conjunto de fatores - direitos e condições - que todas as pessoas deveriam ter para usufruir da possibilidade de aprender, de enfrentar as dificuldades e viver bem no coletivo.

Diante de delitos e de crimes muitas perguntas aparecem nas rodas de conversa em todos os lugares e as opiniões sobre o cárcere, a pena e a pessoa que cometeu o delito, são as mais variadas. No intuito de contribuir com o sistema carcerário local, a partir dos conhecimentos produzidos em pesquisas e no espaço acadêmico, é que se inseriram os Projetos Educativos no Presídio com as mulheres.

O ENCONTRO COM AS MULHERES

Desenvolvemos as ações pedagógicas a partir da perspectiva metodológica da pesquisa-formação (Josso, 2007). O objetivo consiste em possibilitar aprendizagens e conhecimentos de si através de procedimentos da pesquisa-formação, partindo das narrativas das histórias de vida como instrumento metodológico. Esse procedimento pedagógico-metodológico permite que as histórias de vida aproximem os sujeitos aprendizes como espaço de formação e de conhecimentos de si.

Ao narrar a história, a pessoa faz o processo de caminhar para si, como afirma Josso (2007). Nesse caminhar, as subjetividades da pessoa se evidenciam e se tornam um singular-plural, pois as histórias individuais se entrecruzam com as demais e possibilitam pensar as facetas existenciais da identidade. À medida que o trabalho biográfico avança, as pessoas vão se dando conta que as situações são mediadas por

contextos externos e por contextos internos e que são dialéticos e as tensões são inevitáveis.

Dessa forma, o processo de formação implica um processo de conhecimento de si ao longo da construção das histórias das participantes, alternando fala e escrita de forma individual e coletiva. Nesse processo de reflexão, a atividade de contar-se é uma pesquisa de si que contribui para a formação de cada participante e produz aprendizagens reflexivas e interpretativas.

Narrar a história ou fragmentos dela, olhando para trás e olhando para o futuro, são passos da pesquisa-formação que impulsionam o conhecimento de si. Josso (2007) propõe os passos metodológicos para as narrativas com um tempo de duração de duas horas semanais para os grupos, em que todas as pessoas são alfabetizadas.

No caso do projeto, tivemos que adaptar o método para a realidade: as mulheres têm baixa escolaridade, as variações disciplinares do presídio muitas vezes impediam algumas delas de participar regularmente, além disso, os *encontros* no presídio eram semanais, mas tinham apenas 1 hora de duração para dar conta dos diálogos das histórias de vida das mulheres. Esse tempo foi curto, pois a demanda era grande.

Nesse sentido, entendemos que o processo educativo demanda atenção e precisa de tempo. O Projeto de Extensão aconteceu com *encontros* especialmente planejados para a escuta e o diálogo com as mulheres, mas com duração de uma hora. O tempo foi delimitado pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) com o número máximo de 10 mulheres participantes. A Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) libera 10 mulheres para participarem, juntas, das ações. Iniciamos com 10, mas durante os encontros tivemos uma frequência de 7 mulheres. Tivemos também 2 homens trans. No Presídio de Santa Maria as pessoas trans habitam a ala de acordo com seu sexo biológico por questões de cuidado e de segurança. Estes dois homens trans manifestaram desejo em participar das ações propostas pelo projeto e seguiram no grupo. O número variava por conta de desistências, questões de saúde, de punições disciplinares do Presídio e pela possibilidade da vinda de novas integrantes. A idade das participantes variava de 26 a 70 anos.

Durante nossos encontros desenvolvemos a pesquisa-formação através das narrativas de histórias escolhidas pelas mulheres entre os temas: *amor, adolescência, motivo de estar presa*. Seguem alguns relatos:

– *MINHA ADOLESCÊNCIA*: Complicada, pois sofri abuso sexual dos 4 aos 11 anos. Resolvi então perder a virgindade com outra pessoa, do que deixar que meu padrasto fizesse isso. Aos 12 anos me envolvi com drogas, fui morar na rua e aos 13 fui mãe. Aos 14 senti a dor de enterrar um filho. Foi então que me internei em

uma clínica para dependentes químicos, porque fiz uma promessa para minha filha e como estava grávida de novo, não queria sentir a dor de perder um filho outra vez. Com 16 anos conheci a prostituição de verdade, na “zona” me envolvi com o crime **(Mulher R, Diário de campo, 2025)**.

– *AMOR, SÓ DE MÃE*: Hoje em dia, tem muitas pessoas que não sabem a diferença entre o amor e a paixão, mas todos sabem que tem muita diferença, pois amar amamos somente uma vez. Mas, onde está o amor hoje em dia? Tudo está mudado, muitos já nem sabem mais qual é o significado de amar, só querem curtir ou até mesmo porque estão cansados de sofrer por amores em vão. É por isso que temos que amar e ser amados, e com isso posso dizer que eu amo são os meus filhos, pois sei vão estar sempre comigo... **(Mulher M, Diário de campo, 2025)**.

– Minha história começa quando me envolvi com um homem mais velho, na época eu tinha 14 anos e ele 35. Ele não deixava que eu trabalhasse. Comecei a furtar em lojas, fiz isso várias vezes, e fui presa tendo dois filhos para sustentar. Agora estou aqui por motivos passados, pagando depois de 5 anos. Hoje sou uma pessoa que não faz mais nada dessas coisas para sobreviver, agora estou bem, apesar de estar presa **(Mulher C, Diário de campo, 2025)**.

– Eu estou aqui por causa da minha filha. Ela estava sendo investigada por tráfico de drogas e eu acabei caindo presa. Eu não devo nada para a justiça, mas eu estou pagando por ela, eu e meu filho inocente. Eu estou aqui ainda e ela está em casa. Eu não sei até quando vou ficar aqui. Eu quero ir embora logo para cuidar da minha casa **(Mulher I, Diário de campo, 2025)**.

– Eu acabei caindo aqui na prisão por causa do meu marido. Ele acabou comprando roubos tóxicos e outras coisas, mas eu não sabia que tinha aqueles elementos roubados no galpão de minha sogra. Então como meu esposo não estava presente na nossa residência, trouxeram-me no lugar dele. E hoje estou aqui faz quase três meses. Mas graças a Deus, eu pedi tanto em minhas orações para Deus me ajudar para que a polícia o pegue para que eu possa sair. Mas logo eu estarei na rua, livre. É só sair a audiência. Eu não acho justo você pagar pelos outros. Mas Deus é justo e vai dar tudo certo. Eu amava tanto ele. Hoje tenho a certeza de que não vai ser a mesma coisa, porque jamais passou pela minha cabeça que o homem que eu amava iria me deixar vir para a cadeia pagar por uma coisa que eu não sabia. Então, hoje eu penso: será que vale a pena você ficar com uma pessoa que não te dá valor? Esse é meu triste motivo de estar aqui. **(Mulher C, Diário de campo, 2025)**.

A partir dos *encontros* com as mulheres e levando em conta o contexto que a instituição de segurança nos apresenta para a realização do projeto, pode-se dizer que o processo de caminhar para si é bastante lento. A realidade das mulheres do Presídio Regional de Santa Maria é bastante difícil. Em geral, não recebem visitas de familiares. Esse dado é dito pelas mulheres durante os diálogos que temos e confirmado pelos relatos das Agentes Penitenciárias. As mulheres quando “caem” presas (gíria do presídio), acabam ficando sozinhas: poucas visitas de familiares, de seus filhos e filhas, do companheiro.

Uma vida solitária num contexto de total “coletividade”. A grande maioria das mulheres que participaram ficaram mães muito jovens e muito cedo vieram para a prisão. Algumas vivem um processo de ir (para casa) e vir (para a prisão), intensificando a distância e diminuindo a possibilidade de acostumar-se ao tempo de convívio com as

crianças. Os anos passam e elas se dizem mães, mas ausentes da vida, da infância e da adolescência de suas crianças. Percebem que o tempo passa e que os vínculos afetivos ficam fragilizados.

Nesse cenário, a maternidade foi interrompida da mesma forma que suas vidas como mulheres. A maternidade vira um descompasso em suas vidas, pois não há presença da mãe com a criança e o tempo das raras visitas não se configuram com um exercício de maternidade que convive, que está presente e que acompanha o processo de crescimento da criança.

Muitas vezes, elas não queriam falar desse tema, pois era dolorido demais. Então, nessas situações, narrar a história da maternidade era fazer “sangrar a ferida”, como algumas diziam. O tema não foi escolhido para ser contado. Vez ou outra a temática aparecia numa fala, mas nunca quiseram aprofundar a narrativa.

Nos encontros utilizamos as sugestões de músicas que faziam sentido para elas. A cada encontro uma mulher escolhia a música e iniciava falando o porquê da escolha e o que destacava da letra. Enquanto uma falava as outras ouviam. Às vezes as conversas se entrecruzavam, pois as histórias se entrecruzavam, e comentar era inevitável. O grupo ouvia a música e cada uma podia falar os seus destaques contando algo relacionado à sua vida.

Nesse narrar sobre si, muitas vezes as histórias entre elas se cruzam e se inicia um *diálogo* potente no grupo. Além disso, foi possível notar uma necessidade de falar, de conversar e de contar sobre o que tem incomodado no presídio. Os relatos incluíam questões internas que elas consideram importantes para o bom funcionamento da instituição e para a garantia de direitos.

A partir do apoio teórico desta abordagem metodológica, salientamos que a adaptação foi necessária e eficaz. Também registramos em nossos diários de campo falas que consideramos como destaques e elementos para seguir refletindo com elas e com a teoria. Poucas foram as vezes que utilizamos da escrita para o processo de “caminhar para si” com as mulheres, pois a baixa escolarização foi um ponto presente nesse contexto.

Contudo, compreendemos que essa adaptação foi necessária e indispensável para o desenvolvimento do grupo, que estava em constante construção da sua identidade. Nesse sentido, o projeto contribuiu com a vida das mulheres dentro do sistema prisional local através de *encontros* recheados de recordações e lembranças especiais com as músicas escolhidas por elas mesmas, bem como, reflexões acerca da sua vida futura. Além disso, a partir dos conhecimentos produzidos em pesquisas e no espaço acadêmico

buscou-se contribuir com o sistema prisional no sentido de se repensar os modos de vida existentes nesses espaços, os direitos, o acesso à saúde, à educação e às políticas públicas.

A legislação brasileira faz acreditar que a pessoa presa possa se reintegrar à sociedade. A educação em Direitos Humanos também é uma aposta nessa perspectiva. Mas é preciso criar condições efetivas para isso. No caso do encarceramento feminino, há outras situações que se colocam e que agudizam os sentimentos contraditórios vividos nos processos de tentativa de volta aos *encontros* dos familiares.

Uma das situações, talvez a mais difícil, seja o contato, os afetos, os vínculos, que se fragilizam pela permanência na prisão. Sobre essa questão, buscamos investir em outros *encontros* que pudessem amenizar a saudade sentida tanto pelas mães, quanto pelas crianças. Demonstraremos a seguir as ações desenvolvidas com as crianças, no acompanhamento de suas travessias das infâncias.

OS ENCONTROS COM AS MÃES E O ACOMPANHAMENTO DAS TRAVESSIAS DAS CRIANÇAS

A proposta extensionista evidenciou-se inicialmente na constituição do grupo de trabalho, com estudos e discussões acerca da temática. Entendemos ser necessária a apropriação teórica em relação à temática da infância, das vulnerabilidades em articulação com o acompanhamento das crianças em suas experiências familiares e escolares.

Realizamos encontros mensais com as mulheres-mães no Presídio Regional de Santa Maria. A partir destes encontros, acessamos os dados dos familiares/cuidadores que estão como responsáveis pelas crianças para iniciar os primeiros contatos, estabelecer vínculos e propor o “acompanhamento” das crianças em suas experiências de viver a infância.

Para os *encontros* no Presídio Regional, preparamo-nos anteriormente em encontros quinzenais, com estudos dialogados e direcionados à temática do Projeto, assim como são preparadas ações de acordo com o objetivo estipulado pelo grupo. Como exemplo, citamos o trabalho com músicas, que proporcionaram momentos de diálogos, desabafos e de desmistificação de conceitos pré-concebidos pela sociedade e que por vezes acabamos reproduzindo.

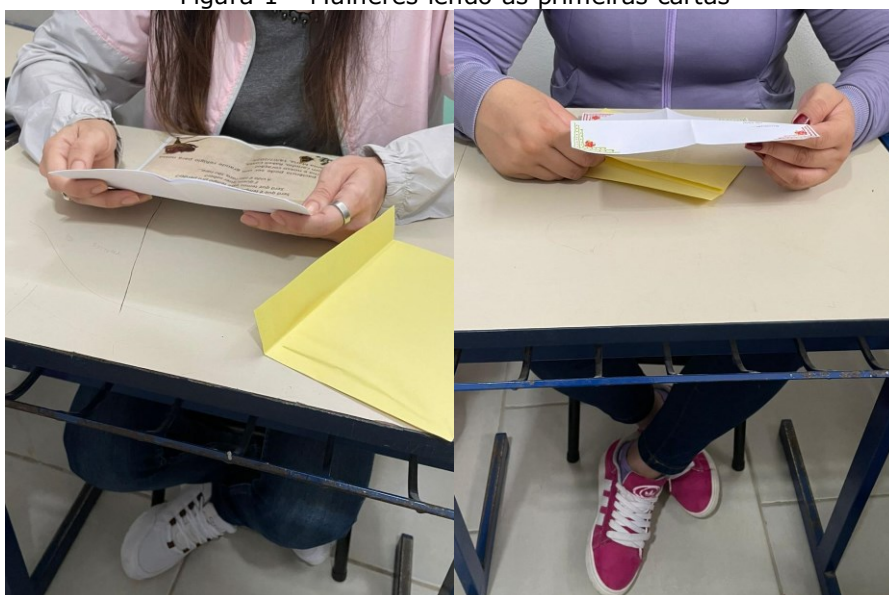
Assim, a cada *encontro*, vivíamos as “sensibilizações” com as mulheres, normalmente com uso de recursos audiovisuais, como músicas e/ou vídeos. A primeira

sensibilização, por exemplo, ocorreu com a música “Palavras ao vento”, de Cássia Eller (1999); a partir da canção, as mulheres foram convidadas a pensar em uma palavra - que seria nosso “guia” para pensarmos o próximo *encontro*.

As palavras escolhidas por elas serviram como suporte para a 2ª sensibilização, que foi a escrita de Cartas pelas integrantes do Grupo TRAVESSIAS² endereçadas às mulheres participantes do projeto. Nessa ação, cada carta tematizava a palavra escolhida, sendo entregue a cada uma delas em específico. Foram realizados, no total, quatro *encontros* com as mulheres no Presídio Regional de Santa Maria, nos meses de junho a novembro de 2025.

Abaixo uma imagem demonstrativa:

Figura 1 – Mulheres lendo as primeiras cartas



Fonte: Grupo TRAVESSIAS (2025).

[Descrição da imagem]: Trata-se de duas fotografias lado a lado. Nas fotografias aparecem duas mulheres privadas de liberdade, sentadas em classes de uma sala de aula do Presídio Regional de Santa Maria/RS, lendo as cartas enviadas pelas integrantes do Grupo TRAVESSIAS [Fim da descrição].

Na continuidade dos trabalhos organizamos os “Encontros de acompanhamento” das experiências familiares e escolares das crianças com registros em Diário de Campo. Tal acompanhamento busca “[...] estabelecer relações de proximidade e confiança com as crianças, desenvolvendo uma escuta sensível para os modos de expressão infantil e um olhar acolhedor para as diferentes formas a partir das quais as crianças partilham suas vidas” (Machado; Carvalho, 2020, p. 161).

² TRAVESSIAS: Cotidiano, Infância e Docência - Grupo de pesquisa certificado pelo CNPq que congrega as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFSM).

Conforme já afirmado, as crianças vivem suas infâncias de diferentes maneiras e em diferentes contextos, no caso das infâncias vividas em condições de vulnerabilidade, torna-se muito mais importante ouvi-las, estar com elas e respeitá-las, buscando entender como a experiência da infância tem sido vivida e sentida pelas crianças, tanto na escola, quanto em suas relações familiares e comunitárias.

Vislumbrando a manutenção dos vínculos das crianças com suas mães, a produção de Cartas das Crianças para as Mães, ou Desenhos, assim como Cartas das Mães para as Crianças foi uma experiência bastante importante. Além da escuta das crianças, o que produz, de alguma forma, sentidos sobre suas experiências de vida familiar e na escola.

A proposta idealizada como "*Correio do Afeto*" intenciona a possibilidade de *encontro* entre as mães e seus/suas filhos/filhas. Tal aproximação representa uma possibilidade de exercer a maternidade para quem espera a possibilidade de ver para além dos muros da prisão. Representa também a esperança de um filho que recebe notícias que significam, em largo alcance, a possibilidade de *encontrar* alguém de quem sente falta. O *Correio do Afeto* apresenta-se como uma travessia ao oportunizar estabelecer e manter vínculos que possivelmente encontram-se fragilizados pela situação do encarceramento materno.

Assim, as trocas de Cartas e desenhos entre as mães e as crianças, configuram a importância das relações sendo (re)construídas e do conforto emocional para ambos. O quanto pode ser significativa a alegria de uma criança ao escutar/visualizar uma mensagem que foi escrita por sua mãe em uma carta e, ao perceber que outras Cartas continuam chegando e que aquela pessoa que tanto lhe faz falta lembra que ela existe?

O "*Correio do Afeto*" tem papel central nesse projeto, ao passo que torna possível um elo também entre os Projetos anteriormente citados, justamente porque representa a possibilidade de *encontros* entre mães e suas crianças.

No decorrer do ano de 2025, foram realizados seis encontros com as crianças e suas famílias em suas casas e apenas um *encontro* (de uma família com duas crianças) no acompanhamento de suas travessias da escola até sua casa. É importante ressaltar que as visitas dependem da disponibilidade e dos horários das famílias, bem como de responderem às mensagens e da possibilidade de alinharmos os horários do grupo com as famílias, assim, enfrentamos desafios quanto aos agendamentos.

Figura 2 – Travessia escola-casa



Fonte: Grupo TRAVESSIAS (2025).

[Descrição da imagem]: Trata-se de um compilado de duas fotografias, com o plano de fundo a calçada e parte da paisagem. Na primeira fotografia há “mãos dadas” entre a participante do Projeto e uma das crianças. Na segunda fotografia aparecem duas participantes do Projeto e as duas crianças que acompanhavam na travessia entre a escola e a casa [Fim da descrição].

Assim, ao nos receberem em casa, as crianças recebiam algo de suas mães e foram informadas sobre a possibilidade de dialogar, com Cartas e/ou desenhos, com suas mães. Importante destacar que, a proposta das cartas era apresentada de modo tranquilo e ético às crianças, considerando sempre o seu desejo em participar ou não.

Figura 4 – Resposta à carta da mãe



Fonte: Grupo TRAVESSIAS (2025).

[Descrição da imagem]: Fundo em tom escuro. No centro há as mãos de uma criança desenhando, junto à folha e materiais de desenho, como lápis de cor e canetinha. No desenho da criança estão representadas as figuras de uma casa, três pessoas e corações [Fim da descrição].

A experiência de acompanhar as crianças durante a sua travessia da escola para a casa foi diferente de todas as outras. Nesse momento foi possível aproximarmo-nos das crianças, conversarmos sobre as aulas, sobre a escola, sobre como foi o dia delas, conhecendo-as melhor. Essa ação se diferenciou dos *encontros* com as famílias, nos quais sentíamos a necessidade que os cuidadores destas crianças sentiam em conversar conosco.

CONSIDERAÇÕES

Buscamos com este artigo, de alguma forma, descrever formas possíveis da “mãe criminosa” (Braga, 2015) viver o exercício da maternidade mesmo estando na prisão. Nessa perspectiva, a partir do meio acadêmico podemos discutir os aspectos políticos, econômicos e sociais que levam a pessoa a “escolher” o crime e quais as condições que o sistema prisional oferece para a sua mudança pessoal e social.

Entendemos que o papel do conhecimento é problematizar e dialogar acerca do contexto, seus impasses e possibilidades juntamente com as demais redes sociais que se ocupam com a cidadania, com os direitos humanos e com a garantia de direitos sociais básicos. Esses diálogos são fundamentais para a construção de uma sociedade melhor para todas as pessoas.

A perspectiva educativa no processo de formação da pessoa é um dos caminhos que se pode trilhar em direção a uma sociedade democrática, sustentável e justa. Por isso mesmo, precisa ser contínua, em todos os níveis e com políticas adequadas. As pesquisas das diferentes áreas de conhecimento precisam dialogar, pois as perspectivas da educação, da psicologia, da criminologia, da sociologia apresentam dados que precisam ser considerados para construirmos uma sociedade que respeita a vida em primeiro lugar. Essas ações em redes vão incidir diretamente na construção da reinserção e reintegração da pessoa que passou pelo sistema penal. Essa é uma perspectiva da Educação em Direitos Humanos que busca a efetivação da justiça social em todos os níveis e de forma concreta.

Nessa esteira, cabe a reflexão acerca de uma educação em Direitos Humanos. As pesquisas nessa área têm apontado para a necessidade de construirmos crenças e valores sociais que coloquem na base das relações o respeito ao ser humano. Essa concepção é tão simples teoricamente, mas no exercício cotidiano parece algo mais difícil de acontecer. E a realidade prisional escancara essa dificuldade. Acreditamos que esses aspectos precisam fazer parte da formação desde a Educação Infantil até a

Universidade e nos Cursos de Formação Continuada. Celma Tavares nos adverte sobre isso quando diz:

[...] também é preciso ter consciência de que a formação é o estágio inicial, mas que o processo educativo em direitos humanos é contínuo. Sua finalidade maior é a constituição de uma cultura de direitos humanos e, nesta perspectiva, está sempre em renovação. É a educação em direitos humanos que permite a afirmação de tais direitos e que prepara cidadãos e cidadãs conscientes de seu papel social na luta contra as desigualdades e injustiças (Tavares, 2007, p. 487).

Compreender o contexto social não isenta o delito e a responsabilização da pessoa que cometeu o crime. Responsabilização pelos atos é necessário. Todavia, é importante que esse espaço prisional seja educativo e formativo para possibilitar os meios básicos para que a pessoa presa consiga rever seus atos, tenha condições de inserção no mundo do trabalho para reiniciar sua vida dignamente ao deixar a instituição quando isso for possível. Educação e trabalho são os meios para se efetivar a cidadania e isso requer políticas públicas e redes de apoio social para viabilizar essa mudança estrutural na sociedade excludente que temos. Entendemos que a universidade tem o compromisso acadêmico e humano de contribuir nessa rede. Pesquisa e Extensão são as ferramentas que temos à disposição para contribuir nessa rede e construir outras relações.

As visitas ao Presídio Regional e os diálogos com as mulheres-mães em situação de privação de liberdade foram uma oportunidade de ressignificar paradigmas e (re)construir um olhar para o humano, colocando-nos disponíveis à escuta sensível e ao olhar atento, que se estendeu às mulheres, às crianças e às famílias.

Encontramos aconchego nas ideias de Ana Gabriela Mendes Braga (2015), quando a autora discorre sobre sua pesquisa no texto “Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada”. Isso porque em nossos *encontros* vivemos “coisas” parecidas com as mulheres:

São pequenas histórias, relatos, lampejos, insights, choros; singulares, doloridos, sintéticos, socos no estômago, às margens da alegria, narrados com o objetivo de dar visibilidade a essas mulheres, presença aos corpos calados, e despertar diferentes sensibilidades em relação à temática do encarceramento. Suas histórias têm pouco espaço nas salas de audiência, levantamentos estatísticos, elaboração de políticas públicas, e até mesmo na produção científica. No entanto, são essas vidas que dizem do encarceramento feminino e, mais, falam do que é ser mulher, mãe e – em grande maioria – pobre e negra no sistema prisional brasileiro do presente (Braga, 2015, p. 524).

Tratar da temática “vulnerabilidade” é desafiador, seja pelo pouco repertório na educação – considerando tratar-se de uma temática mais próxima das Ciências Sociais -, ou pelos desafios e obstáculos que por vezes surgem. As mulheres em situação de

privação de liberdade enfrentam uma série de estigmas e pré-conceitos elaborados pela sociedade, muitas vezes estruturais, e que em um primeiro momento faz-se necessário desconstruí-los, para que possamos aproveitar os momentos de *encontro* sem que estejamos limitados pelas compreensões do senso comum.

Da mesma forma que estar com as crianças sem projetar nelas qualquer que seja a expectativa ou ainda uma forma “esperada” de enfrentamento da situação em que se encontram é complexo, pois nos *encontros* de acompanhamento nosso exercício consistia em nos colocar disponíveis ao diálogo, à escuta, acolhendo, acima de tudo, com respeito pelas suas histórias. Respeito às diferentes formas de viver a infância, às diferentes culturas e às diferentes configurações familiares.

Os estudos da Sociologia da Infância nos reportam a compreensão de que as crianças são atores sociais, sujeitos de direitos (cidadãos) e protagonistas na construção de sua história e na produção das culturas infantis, assim, olhamos para as experiências infantis, ou ainda, para as infâncias, como vivências múltiplas. Nesse sentido, ao entrarmos em contato com as diferentes histórias de vidas, nos encontramos com as crianças e suas famílias, confirmamos a impossibilidade de colocarmos todas as crianças em um mesmo “lugar” e em uma mesma “forma” de viver a infância.

Assim, as experiências destes Projetos levam-nos a refletir a respeito da urgência em pesquisar sobre vulnerabilidades no contexto da educação, desde a formação inicial, porque as infâncias e as crianças que encontramos nas escolas são marcadas de características, vivências e culturas infantis próprias, singulares na vivência e múltiplas nas diferenças.

Considera-se que as produções da área da educação sobre essas temáticas e situações se mostram escassas. Para tanto, indicamos a importância de *encontrar* formas de inserção e escuta no cotidiano vivido pelas populações que experienciam o encarceramento familiar, tendo em vista a contribuição que essas práticas podem aferir para a área da educação e para a formação docente.

Lançamos o desafio de intensificar os diálogos entre áreas, como as ciências humanas e sociais, que ainda estão distantes entre si nesses debates. Por fim, consideramos a importância das discussões sobre os Direitos Humanos para fora dos muros - e do arco - das universidades, para que possamos, como instituição formadora de profissionais, propor diálogos e aprender com essas populações sobre outras formas de encarar temas ainda tão estigmatizados na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carla Coelho de et al. (Org.). **O desafio da reintegração social do preso: uma pesquisa em estabelecimentos prisionais**. In: 2095 - Textos para Discussão. IPEA, Brasília, maio de 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/159/o-desafio-da-reintegracao-social-do-preso-uma-pesquisa-em-estabelecimentos-prisionais>. Acesso em: 30 mar. 2026.
- BAZÍLIO, Luiz; KRAMER, Sonia. **Infância, educação e direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BELLONI, Maria Luiza. Infância, Mídias e Educação: revisitando o conceito de socialização. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2007. Disponível em: http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2007_01/5-Maria%20Luiza.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.
- BELLONI, Maria Luiza. **O que é sociologia da infância**. Campinas: Autores Associados, 2009.
- BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. **Revista Direito GV**. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 523-546, jul./dez. 2015.
- CORSARO, William. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DORNA, Livia Borges Hoffmann; MUNIZ, Hélder Pordeus. O maternar como atividade de trabalho. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João del-Rei, v. 13, n. 2, p. 1-16, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v13n2/11.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2026.
- JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Educação**. Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 413-438, set/dez. 2007.
- KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricléia Ribeiro do (org.) **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 13-23.
- KRAMER, Sonia. Direitos da Criança e projeto político pedagógico de educação infantil. In: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia (org.). **Infância, educação e direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 51-81.
- LAGE, Natália B. **Mulheres na prisão**: entre famílias, batalhas e a vida normal. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.
- LISBOA FILHO, Flavi Ferreira; LOPES, Victor de Carli. Apresentação. In: LOPES, Victor de Carli; LISBOA FILHO, Flavi Ferreira (org.). **Observatório de Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Maria**: identidades, trajetórias e perspectivas [recurso

eletrônico]. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, 2022. p. 9–11. (Série Extensão). Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/27086/Observatorio_Direitos_Humanos_Universidade_Federal_de_Santa_Maria.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 30 mar. 2026.

MACHADO, Sandro; CARVALHO, Rodrigo Saballa de. Notas de campo: percursos éticos e metodológicos em uma pesquisa com crianças na Educação Infantil. **Humanidades & Inovação**. v. 7 n. 28. 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2039>. Acesso em: 11 fev. 2025.

MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida. (orgs.) **Teoria e prática na pesquisa com crianças**: diálogos com William Corsaro. São Paulo: Cortez, 2009.

PALAVRAS ao vento. Intérprete: Cássia Eller. Compositores: Marisa Monte e Moraes Moreira. In: **Com você... Meu mundo ficaria completo**. [S. l.]: Universal Music, 1999. CD, faixa 3 (3 min 32 s).

PIAGET, Jean. **A equilibração das estruturas cognitivas**: problema central do desenvolvimento (Maria Marta dos Santos Penna, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (org.) **Estudos da Infância**: educação e práticas sociais. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TAVARES, Celma. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 487-504.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Observatório de Direitos Humanos**. Santa Maria: UFSM, [2026]. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre-observatorio-de-direitos-humanos>. Acesso em: 31 mar. 2026.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

MATERNIDADES POSSÍVEIS: TRAVESSIAS DAS INFÂNCIAS DE CRIANÇAS FILHAS DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

Possible maternities: journeys through the childhoods of daughters of women deprived of liberty

Maternidades posibles: travesías de las infancias de niños y niñas hijos de mujeres privadas de libertad

Graziela Escandiel de Lima

Doutorado em Educação

Universidade Federal de Santa Maria

Departamento de Metodologia do Ensino

Santa Maria, Brasil

graziela.lima@ufsm.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4176-136X>

Carolina Fontana da Silva

Mestrado em Educação

Universidade Federal de Santa Maria

Programa de Pós-Graduação em Educação

Santa Maria, Brasil

carolina.fontana@acad.ufsm.br

 <https://orcid.org/0000-0001-5493-8676>

Márcia Paixão

Doutorado em Educação

Universidade Federal de Santa Maria

Departamento de Fundamentos da Educação

Santa Maria, Brasil

marcia.paixao@ufsm.br

 <https://orcid.org/0000-0001-7992-3331>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Rua Irmã Edita Maria, 480, CEP 97060-266, Santa Maria, RS, Brasil.

AGRADECIMENTOS

À Crislaine, Jéssica e Paula (Grupo TRAVESSIAS), pelas elaborações de registros e materiais do projeto. E por andarem de mãos dadas conosco e com as crianças.

Agradecemos às mulheres, mães que mesmo privadas de liberdade, nos mostram, a cada encontro, uma forma diferente de ver e pensar a maternidade, as infâncias e sua educação. E às crianças, pela sinceridade de cada abraço que confia, alegre e espera.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: G.E. Lima, C. F. Silva, M. Paixão.

Coleta de dados: G.E. Lima, C. F. Silva, M. Paixão.

Análise de dados: G.E. Lima, C. F. Silva, M. Paixão.

Discussão dos resultados: G.E. Lima, C. F. Silva.

Revisão e aprovação: G.E. Lima, C. F. Silva,

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

As imagens inseridas no texto foram autorizadas mediante consentimento escrito assinado pelas mulheres e pelas pessoas responsáveis pelas crianças.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO

Recebido em: 01-04-2026 – Aprovado em: 05-07-2026 – Publicado em: 12-10-2026